PARTE I

SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO DAS LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA O ANO DE 2026

Em 2026, sob a liderança do Chefe do Executivo, e tomando como orientação fundamental o espírito das instruções importantes do Presidente Xi Jinping, a área da Administração e Justiça centrou-se na orientação governativa de "aumentar a eficácia da governação da RAEM e manter a estabilidade e harmonia social", actuando de forma unida e pragmática. Foram promovidas as tarefas essenciais, tais como a reforma da Administração Pública, o aperfeiçoamento do sistema jurídico, a gestão refinada dos assuntos municipais, bem como a articulação de regras e mecanismos de Macau com Hengqin. As diversas medidas que foram sistematicamente implementadas alcançaram resultados notáveis, favorecendo não só o estabelecimento de uma base sólida para a melhoria contínua do bem-estar da população, mas também a promoção do desenvolvimento a longo prazo da RAEM.

I. Promoção ordenada dos trabalhos prioritários de acordo com os objectivos definidos no 3.º Plano Quinquenal

Em Dezembro de 2025, o Presidente Xi Jinping deu instruções importantes por ocasião da apresentação do balanço de trabalho pelo Chefe do Executivo Sam Hou Fai, tendo indicado claramente duas áreas de trabalho prioritárias para a RAEM: em primeiro lugar, alinhar-se proactivamente com o 15.º Plano Quinquenal Nacional, elaborando e executando de forma adequada o 3.º Plano Quinquenal da RAEM; em segundo lugar, persistir e aperfeiçoar o regime de predominância do poder executivo, aumentando continuamente a eficácia de governação. O Governo da RAEM tem implementado escrupulosamente o espírito consagrado nas importantes instruções do Presidente Xi Jinping, alinhando-se de forma activa e estreita com o 15.º Plano Quinquenal Nacional, tendo publicado, em 18 de Agosto de 2026, o 3.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau, o que marcou formalmente o começo de um novo ciclo quinquenal de desenvolvimento da RAEM.

A área da Administração e Justiça iniciou de imediato diversos trabalhos previstos no 3.º Plano Quinquenal, nomeadamente o aprofundamento da reforma da Administração Pública, a promoção da modernização do sistema jurídico, o aprofundamento contínuo da articulação das regras e mecanismos entre Macau e Hengqin, bem como a optimização da construção das instalações municipais e das infra-estruturas.

Sob a planificação coordenada do Grupo de Liderança da Reforma da Administração Pública, o Grupo de Coordenação da Reforma da Administração Pública reuniu-se no final de Agosto para concretizar as decisões do Grupo de Liderança, procedendo à coordenação entre as diferentes áreas ao nível da execução, clarificando as responsabilidades e a divisão de tarefas entre os serviços públicos, e supervisionando e promovendo os diversos trabalhos, no sentido de assegurar que as tarefas prioritárias de reforma definidas no 3.º Plano Quinquenal progridam de forma estável e pontual. Entre esses trabalhos destacam-se a promoção activa da reestruturação orgânica dos serviços públicos, o aproveitamento do regime de mobilidade ou de reconversão profissional para fomentar a mobilidade horizontal do pessoal, a organização com precisão de cursos de formação para os trabalhadores dos serviços públicos, o impulsionamento ordenado do trabalho de actualização da Conta Única de Macau e da Plataforma para Empresas e Associações, bem como a implementação do "Regime de funcionamento do tratamento das opiniões do público", que entrou em vigor em Outubro, com o objectivo de melhorar a eficiência e a qualidade de resposta às opiniões da população.

Com vista a concretizar os objectivos e tarefas constantes do 3.º Plano Quinquenal da RAEM no âmbito da aceleração da renovação urbana, o Governo da RAEM criou, em 18 de Agosto de 2026, o Grupo de Liderança para a Promoção da Renovação Urbana, chefiado pelo Chefe do Executivo, que compreende o Grupo de Trabalho para as Leis e Políticas da Renovação Urbana, liderado pelo Secretário para a Administração e Justiça, no intuito de analisar, de forma contínua, a situação da implementação do regime jurídico da renovação urbana, assim como dar início à revisão e alteração dos correspondentes diplomas legais.

A fim de impulsionar o desenvolvimento de uma Macau moderna alicerçada no Estado de Direito, a área da Administração e Justiça tem persistido e aperfeiçoado o sistema com predominância do poder executivo, promovendo uma interacção positiva e uma cooperação eficiente e coordenada entre os poderes executivo e legislativo, e em simultâneo aproveitou o mecanismo do Grupo de Trabalho para a Coordenação Jurídica para reforçar a comunicação e a coordenação entre as diversas áreas de governação. Tendo em conta as áreas prioritárias e as matérias que mais preocupam a sociedade, os planos legislativos de 2027 e de 2028 serão definidos de forma científica, e os projectos de elaboração e de alteração legislativa serão coordenados e planeados de forma abrangente. Além disso, sob a coordenação do Grupo de Trabalho para a Revisão dos Diplomas Legais relativos à Exploração Comercial, criado no quadro do Grupo de Trabalho para a Coordenação Jurídica, os serviços continuaram a rever as leis e regulamentos relevantes, por forma a contribuir para a optimização do ambiente de negócios. Por outro lado, a área da Administração e Justiça irá, em consonância com o novo posicionamento "Macau + Hengqin" e através do Grupo de Trabalho Jurídico Especializado para a Integração Macau-Hengqin, focar-se nas "Cinco Listas" estabelecidas para a articulação de regras e mecanismos entre Macau e Hengqin, aprofundar o desenvolvimento coordenado e a cooperação entre as duas regiões nos domínios jurídico e de serviços governamentais, dando continuidade, de forma ordenada, aos trabalhos de

adaptação dos diplomas legais locais, de modo a garantir a continuidade dos direitos dos residentes de Macau que residem em Hengqin no âmbito da segurança social de Macau. Mais ainda, a área da Administração e Justiça tem-se empenhado activamente no planeamento conjunto da construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, estando prevista a realização, no final do ano de 2026, da Reunião Conjunta entre os departamentos jurídicos de Guangdong, Hong Kong e Macau, com vista a reforçar o intercâmbio e a cooperação jurídica na Grande Baía.

Focado na construção de uma Macau moderna, bela e habitável, o Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) tem como estratégia de desenvolvimento o "aumento e optimização", empenhando-se em promover as diversas instalações municipais de lazer e as obras de optimização e ordenamento dos mercados e zonas de vendilhões, assim como em melhorar os trabalhos de arborização urbana e conservação ecológica. O Grupo de Trabalho para Embelezamento e Asseio da Fisionomia Urbana iniciou, em Setembro, a segunda ronda da "Campanha de Limpeza da Cidade 2026", com vista a criar uma paisagem urbana de melhor qualidade e espaços para a vida.

II. Promoção da reforma sob o princípio da predominância do poder executivo e obtenção de resultados preliminares após a reestruturação dos serviços

Em 2026, com base nas vantagens institucionais de liderança de alto nível, bem como de organização e coordenação entre as diferentes áreas, no âmbito do mecanismo de liderança e coordenação para a reforma da Administração Pública, e sob a liderança unificada do Chefe do Executivo e com um planeamento de alto nível, a área da Administração e Justiça reforçou a organização e coordenação, a articulação das políticas, a colaboração estreita e a partilha de recursos, no sentido de implementar as devidas medidas e promover a reforma da Administração Pública no que respeita à estrutura orgânica do Governo, à gestão de pessoal e à governação electrónica, entre outras áreas.

O Grupo de Coordenação da Reforma da Administração Pública reuniu-se, em Janeiro e Agosto de 2026, com o propósito de concretizar os objectivos definidos pelo Grupo de Liderança da Reforma da Administração Pública, nas diversas vertentes, tais como estrutura, funções e recursos humanos, assegurando a coordenação entre as diferentes áreas ao nível da execução, e promover a implementação dos diversos trabalhos.

Em observância do Regulamento Administrativo n.º 13/2025 (Regime geral de organização e estrutura orgânica dos serviços e entidades públicos) e do princípio de definição de "funções, estrutura e afectação de pessoal", concluiu-se, em 2026, a reorganização de 18 serviços e entidades públicos, incluindo a Direcção dos Serviços de

Finanças (DSF), a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (SAFP), o Instituto para os Assuntos Municipais (IAM), a Direcção dos Serviços de Obras Públicas (DSOP), a Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana (DSSCU), a Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro (DSCC), a Direcção dos Serviços para os Assuntos da Sede do Governo (DSASG), a Direcção dos Serviços da Supervisão e da Gestão dos Activos Públicos (DSSGAP), a Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional (DSEPDR), o Gabinete de Comunicação Social (GCS), a Direcção dos Serviços da Protecção de Dados Pessoais (DSPDP), a Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico (DSEDT), o Conselho de Consumidores (CC), o Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia (FDCT), a Autoridade Monetária de Macau (AMCM), o Instituto Cultural (IC), o Instituto do Desporto (ID) e o Fundo de Desenvolvimento da Cultura (FDC). Além disso, foi prestado apoio na reestruturação dos Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa. Com a reorganização desses serviços foram reduzidos, no total, 23 cargos de direcção e, a nível de subunidades, foram reduzidas as chefias de 22 departamentos, 57 divisões, 3 equipas de projecto e 5 secções, enquanto o número total de pessoal do quadro registou uma redução de 554 trabalhadores. Durante o processo de reorganização, e tendo em consideração o estudo aprofundado realizado pelo Comissariado de Auditoria relativamente à afectação de pessoal dos referidos serviços, foi devidamente aperfeiçoada a estrutura de pessoal das diversas subunidades dos serviços, em função do ajustamento das funções, a fim de promover a mobilidade horizontal dos trabalhadores e concretizar o duplo objectivo de simplificação estrutural e aumento da eficácia de funcionamento.

Com vista a potenciar a função de consulta de políticas, nos termos das normas que regulam os organismos consultivos, previstas no Regime geral de organização e estrutura orgânica dos serviços e entidades públicos, procedeu-se à revisão e optimização de organismos consultivos, em conjugação com os trabalhos de reestruturação dos serviços públicos, de modo a reforçar a conexão entre a elaboração e a consulta das políticas. Até Outubro de 2026, foi concluída a reestruturação de sete organismos consultivos, nomeadamente o Conselho do Desporto, o Conselho Consultivo para os Assuntos Municipais, o Conselho Permanente de Concertação Social, o Conselho para o Desenvolvimento Turístico, o Conselho Consultivo de Consumidores, o Conselho de Ciência e Tecnologia e o Conselho Consultivo da Autoridade Monetária de Macau, tendo as respectivas estruturas sido simplificadas e o modo de nomeação dos membros uniformizado.

Relativamente à promoção da optimização da gestão de desempenho dos serviços, e em articulação com a reforma e o lançamento do novo mecanismo de tratamento das opiniões apresentadas pelos cidadãos, a eficácia dos serviços públicos no tratamento das opiniões dos cidadãos passou a ser um dos elementos de avaliação do desempenho organizacional. De acordo com as Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia, na sua actual redacção, que entrou em vigor a 1 de Novembro de 2025, o SAFP emitiu, até 30 de Setembro de 2026, 241 pareceres sobre a nomeação de pessoal de direcção e chefia.

III. Aperfeiçoamento do regime de gestão dos trabalhadores dos serviços públicos e reforço da assistência através de formação direccionada

Em conformidade com as exigências previstas na Lei relativa à defesa da segurança do Estado e na Lei dos juramentos por ocasião do acto de posse, bem como nos termos das Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia e do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau e diplomas conexos, que foram objectos de revisão, concretizou-se o juramento de todos os trabalhadores dos serviços públicos em efectividade de funções, assegurando que os mesmos defendem a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e são fiéis à RAEM.

Para uma gestão eficaz e um aproveitamento pleno dos recursos humanos, na prossecução do aperfeiçoamento do regime de gestão do número de quota dos trabalhadores, centrado na gestão pormenorizada, foi dada prioridade à satisfação das necessidades de trabalho mediante realocações internas de pessoal, mobilidades interdepartamentais ou entre diferentes áreas, assim como optimização e digitalização de procedimentos. Desde a implementação destas medidas em Abril de 2025, e até 30 de Setembro de 2026, o número de trabalhadores dos serviços públicos sujeitos à gestão de quotas diminuiu de forma gradual, passando de 31 464 para 30 548. Por outro lado, registou-se até Setembro de 2026, um total de 461 casos de transferência e destacamento através do actual mecanismo de mobilidade, implementado em Março de 2023.

Em Outubro de 2026, o SAFP procedeu, conforme o planeado, à abertura do concurso de avaliação de competências integradas referente às habilitações académicas de licenciatura, com o objectivo de recrutar e constituir uma reserva de quadros para o Governo da RAEM.

Foi promovida de forma consistente e gradual a reforma do regime das carreiras, com a simplificação da configuração das carreiras e redução do número de tipos de carreiras especiais conforme o plano de trabalho. Tendo como princípio a promoção da mobilidade do pessoal, procedeu-se à compilação e à análise da situação actual dos diplomas legais em vigor, da configuração de carreiras e dos respectivos conteúdos funcionais relevantes, elaborando-se devidamente os planos de simplificação e optimização, consoante o andamento dos trabalhos.

Foi desenvolvido o estudo sobre o regime de acesso entre carreiras, tendo como pressuposto o controlo global da quota dos trabalhadores e em articulação com as necessidades reais de recursos humanos dos serviços, as características funcionais dos cargos e a razoabilidade da estrutura do pessoal. O estudo incidiu prioritariamente sobre as carreiras gerais com mais similitudes funcionais e com uma maior proporção em termos de número de trabalhadores, seguindo o princípio de ascensão vertical. Neste contexto, foram ponderados integralmente factores como as habilitações académicas, a experiência profissional e a avaliação do desempenho, bem como formas diversificadas de captação de quadros excelentes, com vista a conceber o respectivo plano. Em particular, foram realizados

estudos de pormenorização e viabilidade relativos às carreiras que reúnam condições para o acesso entre carreiras e aos respectivos métodos de implementação. Paralelamente, foi promovida, de forma gradual, a concepção do regime de acesso entre carreiras, criando melhores percursos de desenvolvimento para os trabalhadores de excelência dos serviços públicos. O Governo da RAEM, adoptando a orientação pautada pela capacidade principal do posto de trabalho, procedeu a uma reforma integral do sistema de formação para os trabalhadores dos serviços públicos. Com base num quadro de capacidades com três níveis, nomeadamente, "capacidade geral básica, capacidade geral das funções e capacidade técnica e profissional", foram organizadas acções de formação específicas para os trabalhadores de diferentes níveis e áreas funcionais. Em 2026, o SAFP organizou, sucessivamente, cursos em colaboração com instituições de ensino de renome, nomeadamente o Instituto Nacional de Administração da China, a Universidade de Pequim, a Universidade de Tsinghua, a Universidade de Estudos Estrangeiros de Beijing, a Universidade de Wuhan e a Universidade Sun Yat-sen, alargando os recursos de formação e aumentando globalmente a qualidade e o profissionalismo das acções de formação. Em simultâneo, continuaram a ser organizadas outras actividades, tais como curso de formação sobre a actualidade nacional e actividades de intercâmbio e visita ao Interior da China. Sob a coordenação do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Região Administrativa Especial de Macau, são enviados jovens trabalhadores de excelência dos serviços públicos para frequentarem o programa *Junior Professional Officer* das Nações Unidas, a fim de alargar os seus horizontes, aprofundar o conhecimento sobre o desenvolvimento nacional e os posicionamentos de Macau, bem como formar uma equipa de trabalhadores dotada simultaneamente de competência profissional local e de uma perspectiva nacional.

As principais acções de formação realizadas em 2026 incluem a "Sessão de divulgação do espírito das 'Duas Sessões' da Assembleia Popular Nacional e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês", o "Curso de formação sobre a situação nacional para os trabalhadores dos serviços públicos (pessoal de chefia) da RAEM", o "Curso de estudo sobre a mudança e gestão inovadora para os dirigentes" e o "Curso de habilitação para o exercício do cargo de chefe de divisão". Até 30 de Setembro de 2026 as referidas acções de formação e palestras contaram com mais de 1 600 participantes. Em paralelo foram criados, continuamente, diversos tipos de acções de formação ou palestras destinadas a trabalhadores de níveis distintos, de acordo com o quadro de capacidades, tendo sido realizados 32 cursos de formação sobre capacidade geral básica, 61 sobre capacidade geral de funções e 18 sobre capacidade técnica e profissional, registando-se um total de cerca de 4 500 formandos.

Com vista a contribuir para a implementação da filosofia governativa de "Macau alicerçada no Estado de Direito", em 2026 o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) organizou cursos de formação relativos à Constituição, à Lei Básica de Macau e à Lei relativa à defesa da segurança do Estado para cerca de 800 trabalhadores dos serviços públicos, os quais integraram partes teórica e prática com cenários de aplicação concretos, permitindo que os formandos compreendessem com precisão os conceitos e os princípios fundamentais.

Para concretizar e promover ordenadamente o desenvolvimento da Zona de Cooperação, o Governo da RAEM reforçou o investimento em pessoal e recursos, tendo enviado, entre Janeiro e Setembro de 2026, um total de 25 trabalhadores dos serviços públicos de Macau para exercerem funções em regime de comissão eventual de serviço nos órgãos da Comissão Executiva da Zona de Cooperação. Além disso, os formandos da 3.ª e da 4.ª turma do "Curso de habilitação para o exercício do cargo de chefe de divisão" deslocaram-se à Zona de Cooperação para efeitos de aprendizagem e intercâmbio, além de se terem organizado 4 turmas do curso de intercâmbio para os trabalhadores dos serviços públicos de Macau e Hengqin.

Ao nível da gestão interna, continuou a ser promovida a digitalização a par da optimização das funções dos Assuntos Governamentais, para aumentar a eficácia da gestão e do funcionamento interno dos serviços, incluindo, designadamente, a conclusão da interconexão dos dados com o sistema de finanças inteligentes da DSF, e foram adicionados, entre outros, 13 procedimentos electrónicos relativos ao provimento de pessoal, acesso, subsídios e missão oficial de serviço, no sentido de aumentar a eficiência administrativa. Foi ainda estabelecida uma plataforma de aprendizagem *online* e reestruturado o sistema de gestão da formação, disponibilizando várias funcionalidades, como aprendizagem *online* e planeamento e gestão dos cursos de formação. A inteligência artificial (IA) foi adoptada como ferramenta de apoio na verificação dos dados de candidaturas ao concurso de avaliação de competências integradas, o que permite aumentar a velocidade e exactidão no tratamento de documentos. Além disso, a Direcção dos Serviços de Identificação (DSI), em cooperação com os Tribunais, ampliou as funções disponíveis na plataforma electrónica de serviços, lançando o boletim do registo criminal digitalizado, no sentido de concretizar a desmaterialização durante todo o procedimento e aumentar ainda mais a eficácia de funcionamento nas áreas judiciária e administrativa.

Dedicou-se especial atenção e reforçou-se o empenho na prestação de apoio, de forma adequada, aos trabalhadores dos serviços públicos, continuando-se a aliviar a pressão dos trabalhadores com baixo rendimento através de várias medidas de apoio económico, para além de se prestar aconselhamento psicológico profissional e de se disponibilizarem exames médicos regulares para os trabalhadores que deles necessitem. Paralelamente, deu-se continuidade à realização de diversas actividades culturais, recreativas, desportivas, familiares e de construção de equipa, com o intuito de aliviar a pressão dos trabalhadores e criar um bom ambiente de trabalho. Até 30 de Setembro de 2026, um total de 1 368 trabalhadores recebeu subsídio para despesas de descendentes e subsídio para despesas em lares para idosos, e outros sete trabalhadores, que se encontravam em situação de efectiva necessidade, receberam o subsídio de subsistência mensal. Foram prestados serviços de apoio psicológico a 62 trabalhadores dos serviços públicos, totalizando 221 atendimentos e, ainda, organizadas 27 palestras/*workshops* sobre saúde mental destinadas aos trabalhadores em geral ou aos serviços.

IV. Ampliação da governação electrónica para simplificar procedimentos e facilitar a vida dos cidadãos, inovação no tratamento de opiniões para reforçar a comunicação

1) Promoção da governação electrónica para facilitar a vida dos cidadãos e as actividades empresariais

1. Actualização e optimização das funcionalidades e aplicação da Conta Única de Macau e lançamento de mais serviços convenientes para a população

Iniciaram-se oficialmente os trabalhos de desenvolvimento do sistema da Conta Única de Macau 3.0, foi lançado o serviço de envio automático e inteligente de informações e foi simplificado o processo de abertura da conta e o processo de recuperação da palavra-passe esquecida com o recurso à tecnologia de IA. Optimizou-se o processo de utilização da funcionalidade de reconhecimento facial da Conta Única de Macau em prol dos idosos com idade igual ou superior a 65 anos e das pessoas com necessidades especiais, para melhorar, de forma contínua, a experiência de utilização dos serviços.

No que diz respeito ao tratamento dos documentos de identificação, foram adicionadas na Conta Única de Macau as funcionalidades de consulta do andamento do requerimento do bilhete de identidade de residente e dos documentos de viagem, bem como de suprimento de dados e de captura de fotografia tipo passe por *selfie*, para facilitar aos residentes a consulta do andamento do pedido a qualquer momento e, sempre que seja necessário, é possível apresentar os dados em falta através da Conta Única de Macau, proporcionando mais meios convenientes aos residentes para o tratamento dos documentos. Ao mesmo tempo, foi disponibilizada a opção de "Pedido urgente" e acrescentada a funcionalidade de entrega de fotografias em falta nos quiosques de auto-atendimento, com o intuito de reduzir a necessidade de deslocação ao balcão para tratamento de formalidades. Foram ainda lançados os quiosques de recolha do bilhete de identidade de residente, para facilitar aos residentes a devolução do referido documento achado, bem como o de pessoas falecidas.

Através da funcionalidade "Meus Veículos", disponibilizou-se o serviço de renovação do seguro de veículo, cuja prestação envolve um maior número de instituições seguradoras, a fim de facilitar aos proprietários o tratamento de assuntos relacionados com veículos e o respectivo pagamento na mesma plataforma. Concomitantemente, alargou-se o âmbito de cobertura do serviço de "Pagamento de despesas domésticas", o que permite efectuar pagamentos junto a um número mais alargado de instituições e fornecedores de serviços, assim como o aumento da integração e conveniência do pagamento de despesas domésticas.

Ampliaram-se, de forma empenhada, os cenários de aplicação da identificação electrónica no sector privado, disponibilizou-se o serviço de registo *online* do nome verdadeiro do cartão SIM e alargou-se a participação de mais instituições no serviço de renovação do seguro de veículos. Até Setembro de 2026, mais de 1 000 serviços públicos e instituições privadas aceitaram a identificação electrónica, incluindo 56 serviços públicos, 16 entidades privadas, cerca de 600 instituições de saúde e 400 instituições de ensino. Os cenários de aplicação incluem nomeadamente os serviços públicos, a passagem fronteiriça, a utilização de vales de saúde e o tratamento de salvo-conduto para deslocação ao Interior da China para os residentes de Hong Kong e Macau. Paralelamente, aplica-se também aos serviços designados de vários bancos principais, a instituições gestoras de carteiras electrónicas, a seguradoras e a companhias de telecomunicações de Macau, entre outros. Mais de 516 mil pessoas vincularam a identificação electrónica à Conta Única de Macau e o número de utilizações da funcionalidade de passagem fronteiriça ultrapassou os 52,25 milhões. O número de utilizações registado no sector público foi cerca de 2,82 milhões, enquanto nas entidades privadas ultrapassou 1,08 milhões.

2. Alargamento do âmbito da prestação de serviços na Plataforma para Empresas e Associações e maior conveniência para o exercício das actividades empresariais

Deu-se início ao desenvolvimento do sistema 2.0, com foco na optimização da gestão de autorização de contas e na simplificação do processo de prestação de serviços. Introduziu-se a tecnologia de IA para melhorar ainda mais a eficiência e precisão na apreciação dos processos. Até Setembro de 2026, mais de 1200 contas de entidades abertas na Plataforma para Empresas e Associações solicitaram a análise automática e a apreciação prévia de assinaturas e dados para efeitos de registo comercial com recurso à IA.

Foram alargados os serviços de renovação de licenças na Plataforma para Empresas e Associações, com a inclusão de cinco novos tipos, designadamente a licença para equipamentos sociais, licença para fundeamento ou atracação, licença especial para construção de instalações no mar, licença para transporte marítimo regular de passageiros e a autorização para itinerários marítimos, sendo ainda possível renovar na mesma aplicação mais de 50 tipos de licenças. Além disso, foi lançado o serviço de requerimento da licença de mediador imobiliário na Plataforma para Empresas e Associações, proporcionando ao sector um meio de apresentação de requerimentos mais conveniente e eficiente.

Lançou-se o serviço de notificação electrónica destinado às contas de entidade com o registo *online*, para que todo o processo, desde o requerimento, passando pela apreciação e até à recepção da notificação, fosse tratado *online* e promovido, assim, o uso de menos papel nas formalidades administrativas que envolvem o Governo e as empresas. Em articulação com a entrada em vigor do Código Fiscal, foi disponibilizada a forma de recepção de notificações fiscais por via electrónica, a fim de facilitar o procedimento aos sujeitos passivos, dando-lhes conhecimento imediato das informações fiscais.

Prosseguiu-se com a promoção dos trabalhos de desenvolvimento do projecto de "Serviços integrados de declaração aduaneira e desalfandegamento" e, através da cooperação interdepartamental, está a proceder-se à reforma dos serviços de declaração aduaneira e desalfandegamento em três níveis, nomeadamente ao nível legislativo, procedimental e do sistema técnico, prevendo-se o seu lançamento para o final de 2027.

3. Ampliação dos serviços electrónicos no âmbito dos registos e do notariado para facilitar ainda mais a vida dos cidadãos e o exercício das actividades empresariais

No que concerne aos serviços notariais, em 30 de Março de 2026 a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ) lançou na Conta Única o serviço totalmente electrónico para os pedidos *online* de certidão de escritura e de certidão negativa de testamento. Até 30 de Setembro de 2026, os pedidos de certidão negativa de testamento efectuados pelos cidadãos na Conta Única já representavam cerca de 35% do total de pedidos. Além disso, foi lançado o serviço de pública-forma electrónica, o que permite aos cidadãos requererem, junto dos cartórios notariais, a reprodução de documentos originais (por exemplo, certidão de casamento, certificado de qualificações, contrato, entre outros) em públicas-formas electrónicas que ficam disponíveis na Conta Única indicada pelos cidadãos. Este serviço não só facilita a gestão e permite a reutilização das públicas-formas, como também poupa aos cidadãos os custos associados à elaboração de múltiplas públicas-formas.

No que diz respeito ao registo civil, em 30 de Março de 2026 foi lançado o serviço de celebração *online* de convenção pós-nupcial. Os cônjuges elegíveis apenas necessitam de apresentar, em conjunto, o pedido de convenção pós-nupcial na Conta Única. Uma vez aprovado o pedido e efectuado o registo pela conservatória, ficam concluídas as formalidades relativas à alteração do regime de bens, dispensando-se os trâmites de pedido e assinatura presenciais. Até 30 de Setembro de 2026, foram registados 189 pedidos de celebração *online* de convenção pós-nupcial.

No que toca ao registo comercial, foram lançados sucessivamente vários serviços electrónicos na Plataforma para Empresas e Associações. A partir de 29 de Junho de 2026, foram lançados serviços totalmente electrónicos relativos à transmissão de quotas de sociedades por quotas, à destituição e designação de administradores, bem como à alteração de estatutos sociais. Em 21 de Setembro de 2026, foram lançados dois novos serviços totalmente electrónicos denominados "Registo da dissolução e extinção da sociedade pelo encerramento da liquidação" e "Pedido de alteração aos dados pessoais registados dos membros dos órgãos sociais", e a partir daí os cidadãos apenas precisam de aceder à Plataforma para Empresas e Associações para, por via *online*, elaborar os documentos necessários ao registo, apresentar o pedido, pagar a taxa de registo e levantar a cópia do registo.

Quanto ao registo de automóveis, a partir de 21 de Setembro de 2026, os destinatários dos serviços totalmente electrónicos do "Registo da transmissão do direito de propriedade de automóveis" (vulgarmente conhecida por "compra e venda de automóveis usados") e de "Cancelamento do registo de propriedade de automóveis" passaram de proprietários de veículos que sejam pessoas singulares para empresários comerciais que sejam pessoas singulares, e sociedades. Por conseguinte, concretizou-se o processamento totalmente electrónico do registo de compra e venda de automóveis usados entre pessoas singulares, empresários comerciais (pessoas singulares) e sociedades.

Acresce que em Novembro foi lançado o serviço de pedido *online* de certidões electrónicas de registo e notariais, destinado a pessoas que não sejam utilizadores da Conta Única. Os requerentes podem efectuar o pedido e o pagamento na página electrónica da DSAJ e, depois de receberem a notificação, podem descarregar a certidão electrónica requerida, o que facilita a obtenção de certidões de registo e notariais de Macau pelos residentes e por instituições governamentais ou privadas do Interior da China e de Hong Kong.

2) Desenvolvimento de serviços governamentais transfronteiriços para promoção da sua integração e interconexão

Para facilitar a vida dos residentes de Macau em Hengqin e na Grande Baía, bem como para impulsionar o desenvolvimento integrado regional, o Governo da RAEM tem promovido proactivamente, com base no conceito de "integração *online* e *offline*", os serviços governamentais transfronteiriços, reforçando a articulação dos serviços prestados.

Em 2026, procedeu-se ao alargamento do âmbito e dos cenários de utilização dos cacifos inteligentes de "Recolha fácil", com a adição de 110 serviços, somando um total de 235 serviços prestados por 31 serviços públicos. Até ao dia 30 de Setembro registou-se um número de utilização superior a 40 mil. Os cacifos inteligentes foram instalados nos oito Centros de Serviços de Auto-Atendimento de 24 horas do Governo em Macau, tendo o respectivo serviço sido estendido ao Novo Bairro de Macau e ao Centro de Prestação de Serviços ao Público da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin.

Foi expandido o âmbito do serviço de balcão de atendimento à distância, com a instalação desses balcões no Centro de Serviços de Assuntos Governamentais da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin e no Centro de Serviços de Auto-Atendimento de 24 horas no Novo Bairro de Macau, disponibilizando, em Novembro, 48 serviços relacionados com segurança social, controlo de migração e residência, trânsito e condução, assuntos fiscais, propriedade industrial, serviço farmacêutico, educação e juventude, entre outras áreas, para que os residentes de Macau em Hengqin possam efectuar, à distância, o tratamento de assuntos relacionados com 221 serviços

governamentais de 15 serviços públicos de Macau. Nos balcões de atendimento à distância instalados no Centro de Serviços da RAEM, sito na Avenida de Venceslau de Morais, são disponibilizados 129 serviços prestados por 8 entidades públicas da Zona de Cooperação em Hengqin, resultando dos 9 serviços adicionados em Novembro sobre os veículos e condução, o registo comercial, a previdência, etc., o que contribui para promover ainda mais o "Tratamento de assuntos de Hengqin em Macau e de Macau em Hengqin", sob a forma bidireccional. O Posto de Atendimento dos Serviços Governamentais de Macau em Hengqin entrou oficialmente em funcionamento em Setembro de 2026. Este Posto de Atendimento conta com oito balcões de atendimento, que prestam um total de 63 serviços governamentais, incluindo os assuntos relativos à identificação, aos assuntos fiscais, à propriedade industrial e ao serviço farmacêutico, podendo os cidadãos efectuar a marcação prévia através da Conta Única de Macau ou através da Plataforma para Empresas e Associações. É ainda digno de referir que o Posto de Atendimento está ligado ao sistema do Governo de Macau através de uma linha exclusiva para garantir a segurança na transmissão de dados.

Continuou-se a promover o tratamento transfronteiriço dos serviços governamentais na Grande Baía. Na sequência da instalação, em 2025, dos quiosques de atendimento "E-Serviços Governamentais da RAEM" em quatro cidades da Grande Baía – Guangzhou, Zhuhai, Zhongshan e Jiangmen – bem como no Posto Fronteiriço de Hengqin e no Vale de Criação de Negócios para os Jovens de Macau em Hengqin, em 2026 os "E-Serviços Governamentais da RAEM" foram alargados para Hong Kong, Shenzhen, Foshan e Dongguan e, ainda, para as vilas de Sanxiang e Tanzhou, em Zhongshan, com a disponibilização de vários serviços de pedido de certificado no âmbito da identificação. Até 30 de Setembro de 2026, os "E-Serviços Governamentais da RAEM" disponibilizaram cerca de 40 serviços governamentais prestados por 11 serviços públicos, facilitando o tratamento de formalidades por parte dos residentes de Macau que estudam, trabalham ou vivem no Interior da China. Por outro lado, em finais de 2026 foi lançado, nos Centros de Serviços Governamentais das cidades de Zhuhai e Zhongshan, o serviço de "guia", através do qual é prestado apoio presencial aos residentes no tratamento de serviços relativos à respectiva identificação em Macau através da Conta Única de Macau e dos quiosques de atendimento "E-Serviços Governamentais da RAEM".

Com o intuito de aprofundar a cooperação entre Hong Kong e Macau na gestão de entradas e saídas nas fronteiras, a idade dos residentes permanentes de Hong Kong e de Macau que podem utilizar os canais de passagem automática nas duas regiões diminuiu, em 19 de Janeiro de 2026, de 11 para 7 anos, podendo ainda os residentes não permanentes das duas regiões elegíveis efectuar o registo prévio dos serviços de passagem automática das duas regiões através dos quiosques de atendimento locais, com vista a criar condições mais propícias à passagem fronteiriça entre Hong Kong e Macau, assim como contribuir conjuntamente para a criação de uma comunidade com elevada qualidade de vida na Grande Baía.

3) Aperfeiçoamento das infra-estruturas para a utilização planeada da inteligência artificial

O Governo da RAEM tem-se empenhado na optimização e modernização das infra-estruturas na área da governação electrónica, com vista a contribuir para o desenvolvimento sustentável da governação inteligente. A ampliação da sala de máquinas do Centro de Computação em Nuvem do Governo entrou em funcionamento em Abril de 2026, o que não só proporciona um ambiente operacional mais seguro, estável e sustentável para diversas plataformas e serviços de governação electrónica, mas também apoia o desenvolvimento contínuo e a actualização da governação inteligente. Além da conclusão das obras de construção da sala de máquinas de emergência, foi implementada a versão de emergência da Conta Única de Macau, com o objectivo de reforçar a capacidade de prevenção e resposta a desastres, assegurar o funcionamento estável e eficaz dos serviços públicos electrónicos, bem como gerir os riscos emergentes dos sistemas de informação.

A área da Administração e Justiça deu continuidade ao aumento da capacidade de prevenção de riscos dos sistemas de serviços críticos prestados pelos serviços públicos, incentivando-os a avaliar a possibilidade de transferirem os sistemas e aplicações que reúnam condições para o Centro de Computação em Nuvem do Governo, ao mesmo tempo que lhes são proporcionados os recursos de infra-estruturas unificados, a capacidade de carga suficiente e um ambiente operacional seguro e estável, para a actualização gradual e o aperfeiçoamento das infra-estruturas de rede e dos sistemas de aplicação essenciais dos serviços públicos.

A fim de promover a aplicação faseada da IA, o Centro de Computação em Nuvem do Governo configurou um modelo de IA de grande dimensão local e lançou a versão oficial da "Plataforma de Apoio ao Expediente Interno do Governo", destinada a todos os serviços públicos, o que veio apoiar os trabalhadores a tratar com alta eficiência as tarefas diárias e a desenvolver aplicações. Até Setembro de 2026, registaram-se mais de 7 900 utilizadores e um número total superior a 2,24 milhões de utilizações.

4) Inovação de mecanismos para uma ampla recolha de opiniões da sociedade

Com a entrada em vigor do Regime de funcionamento do tratamento das opiniões do público em Outubro de 2026, estabeleceu-se o quadro de funcionamento do novo mecanismo de tratamento das opiniões dos cidadãos, caracterizado pela "normalização dos sistemas, coordenação das operações e gestão orientada para resultados". Este regime estabelece normas uniformizadas para regular a recepção, a distribuição, o acompanhamento e a resposta a opiniões do público, e além de definir claramente as responsabilidades de colaboração, foi criado o mecanismo de rastreio e supervisão, assegurando que o processo de tratamento de opiniões é transparente, com etapas claras e responsabilidades bem definidas. A funcionalidade de "Consulta" da Conta Única de Macau e da Plataforma para

Empresas e Associações foi actualizada e convertida, a 5 de Outubro, para o serviço de atendimento inteligente "Assistente GovInfo". Através da colaboração entre a IA e o pessoal de atendimento, o sistema é capaz de responder de forma imediata a consultas frequentes sobre os serviços governamentais, enquanto que os casos mais complexos são encaminhados para o atendimento pessoal. Os cidadãos também podem enviar mensagens de áudio e imagens, para que o pessoal do atendimento compreenda, com maior precisão, o conteúdo das questões apresentadas e forneça respostas em conformidade, proporcionando aos cidadãos uma experiência de atendimento *online* mais flexível, imediata e conveniente.

Para aumentar a transparência da reforma da Administração Pública, o SAFP criou, em Março de 2026, no seu sítio electrónico, a coluna "Juntos na Reforma", com o objectivo de divulgar ao público informações sobre a reforma, unir os esforços da sociedade e promover a concretização da reforma da Administração Pública da RAEM, e até Outubro foram publicados 12 artigos informativos. Além disso, o SAFP realizou entre Março, Abril e Junho um total de 10 sessões do "Encontro: Conversa sobre a reforma da administração pública – Juntos na reforma", que contaram com a participação de associações juvenis e de mulheres, de câmaras de comércio e de associações de operários de Macau, tendo havido troca de opiniões sobre a reforma da Administração Pública.

5) Empenho na obtenção de mais facilidades de entrada para facilitar as deslocações dos residentes

Em 2026, os titulares do passaporte da RAEM passaram a beneficiar de isenção de visto para entrar no Azerbaijão, nas Ilhas Malvinas, no Quénia e na Indonésia e além disso, a partir de 15 de Janeiro, foi-lhes permitida a utilização do sistema de passagem fronteiriça automática da Malásia. Por outro lado, os governos da RAEM e de Angola assinaram, em Setembro, o Acordo sobre a Dispensa Mútua de Vistos. Até 30 de Setembro de 2026, os titulares de passaporte da RAEM beneficiavam da isenção de visto ou da obtenção de visto à chegada em 146 países ou regiões, e podiam utilizar os sistemas de passagem fronteiriça automática de 7 países.

V. Aprofundamento da interacção positiva entre os poderes executivo e legislativo para avançar de forma ordenada com as acções legislativas nas áreas prioritárias

O Governo da RAEM tem implementado de forma abrangente a instrução dada pelo Presidente Xi Jinping no sentido de aperfeiçoar o mecanismo de coordenação legislativa entre o Governo e a Assembleia Legislativa. No âmbito do aprofundamento do sistema da predominância do poder executivo, o Governo adoptou várias medidas relacionadas

com a inovação dos mecanismos de comunicação e cooperação entre os órgãos executivo e legislativo, de modo a alcançar uma interacção positiva e uma coordenação eficiente, melhorando continuamente a eficiência e a qualidade da produção legislativa.

Com vista a desenvolver os trabalhos legislativos de forma ordenada, o Governo da RAEM e a Assembleia Legislativa trocaram opiniões sobre o calendário de implementação dos projectos incluídos no plano legislativo do ano de 2026 e sobre o plano das propostas de lei a serem entregues no ano de 2027, de modo a que a Assembleia Legislativa possa organizar melhor a sua agenda de apreciação das propostas de lei e para que seja estabelecido um plano legislativo que corresponda às necessidades reais da sociedade. A nível técnico, as duas partes realizam reuniões de diálogo técnico antes da discussão e apreciação na generalidade das propostas de lei que se revistam de grande relevância, com vista ao esclarecimento da intenção legislativa e das orientações políticas, bem como ao reforço da sistematização das questões identificadas, facilitando, assim, o acompanhamento eficaz dos trabalhos subsequentes de apreciação por parte da Assembleia Legislativa. Além disso, as duas partes têm vindo a estudar e a aperfeiçoar as regras de legística, no sentido de elevar ainda mais a qualidade da produção legislativa através da uniformização das regras técnicas.

Em 2026, o Governo da RAEM, em conformidade com o objectivo da acção governativa que visa reforçar a construção de uma "Macau alicerçada no Estado de Direito", elaborou planos legislativos, de carácter anual e de médio prazo, planeou e coordenou de forma abrangente os projectos de elaboração e de alteração de diplomas legais, com especial enfoque nas áreas prioritárias, nomeadamente a salvaguarda da segurança nacional, a promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar da população, a melhoria do ambiente de negócios, a articulação de regras entre Macau e Hengqin, bem como a revisão de códigos. Além disso, potenciou-se o aproveitamento do mecanismo do Grupo de Trabalho para a Coordenação Jurídica, promovendo a colaboração entre as diversas áreas do Governo nos estudos e análises e impulsionando a concretização dos trabalhos de construção do sistema jurídico, de modo a reforçar a eficácia da governação da RAEM nos termos da lei. Até Outubro de 2026, o Governo da RAEM havia apresentado à Assembleia Legislativa 13 propostas de lei, colaborou com a Assembleia Legislativa na aprovação de 15 leis e promulgou 35 regulamentos administrativos.

Em matéria de salvaguarda da segurança nacional, o Governo da RAEM elaborou a proposta de lei intitulada "Comissão de Defesa da Segurança do Estado da Região Administrativa Especial de Macau" e o respectivo regulamento administrativo complementar, reforçando assim a estrutura de topo do sistema de salvaguarda da segurança nacional da RAEM. A proposta de lei intitulada "Combate aos actos de branqueamento de capitais e de financiamento ilícito", que visa proteger a segurança e a estabilidade social e financeira, já foi submetida à apreciação da Assembleia Legislativa.

No âmbito da diversificação adequada da economia, o Governo da RAEM elaborou as propostas da Lei da actividade das instituições privadas prestadoras de cuidados de saúde e da Lei de uso das áreas marítimas, contribuindo para promover o desenvolvimento

sustentável da indústria de *big health* e da economia marítima de Macau. Já foi submetida à Assembleia Legislativa a proposta de lei intitulada "Lei das telecomunicações", com vista a construir um regime jurídico favorável à economia digital. Foi ainda publicado o regulamento administrativo intitulado "Regime de gestão dos fundos de orientação governamental", que visa impulsionar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia e fomentar as indústrias emergentes de Macau.

Em matéria de bem-estar da população, a RAEM procedeu à alteração do Regime de prevenção e controlo do tabagismo e da Lei das relações de trabalho, com vista a reforçar, respectivamente, a protecção da saúde pública e a defesa dos direitos e interesses laborais dos trabalhadores. Foi submetida à apreciação da Assembleia Legislativa a proposta de lei intitulada "Regime jurídico das associações", a qual visa promover o desenvolvimento saudável e sustentável das associações. A proposta de lei intitulada "Regime jurídico de arrendamento e cedência dos espaços comerciais em edifícios de habitação social", que já foi entregue à Assembleia Legislativa para apreciação, tem como objectivo, através da reforma do regime, apoiar as micro, pequenas e médias empresas e aperfeiçoar os serviços comunitários. Será envidado esforço para concluir com maior brevidade a elaboração e a apresentação, para efeitos de apreciação, à Assembleia Legislativa da proposta de lei relativa à revisão do Regime jurídico do transporte de passageiros em automóveis ligeiros de aluguer, que tem como objectivo reforçar a salvaguarda da segurança e dos direitos e interesses dos passageiros durante as deslocações. Para além disso, o Governo da RAEM elaborou, para o ano em curso, vários regulamentos administrativos relativos ao subsídio para aquisição de material escolar a estudantes do ensino superior, aos subsídios de propinas e de aquisição de material escolar para alunos que frequentem escolas na Província de Guangdong, ao programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo, ao programa de comparticipação nos cuidados de saúde, entre outros, promovendo efectivamente a melhoria do bem-estar da população.

Relativamente à optimização do ambiente de negócios, a RAEM, orientada para a facilitação do exercício de actividades comerciais, procedeu sucessivamente à elaboração das propostas da Lei da actividade de restauração e bebidas e estabelecimentos relacionados, do Regime da venda de artigos de ouro e de platina, da Lei da publicidade e do Regime jurídico dos centros de aperfeiçoamento particulares, bem como à alteração do Regime jurídico da construção urbana e do Regulamento do Imposto de Consumo, entre outros. Por outro lado, o Governo da RAEM submeteu à Assembleia Legislativa a proposta de lei intitulada "Regime para a regulação de determinadas actividades e eventos", com vista a flexibilizar, simplificar e aperfeiçoar, ainda mais, as condições e os procedimentos de apreciação e aprovação administrativa nos diversos sectores, sem prejuízo de garantir a segurança e a ordem públicas.

No que diz respeito à revisão dos principais códigos, o Governo da RAEM, pautado pelos princípios de "simplificação administrativa, facilitação da vida da população e aumento da eficiência administrativa", promoveu prioritariamente a revisão do Código do Procedimento Administrativo e concluiu, numa fase inicial, os estudos preliminares relativos ao Código

de Processo Civil e ao Código de Processo Administrativo Contencioso, tendo traçado as orientações para a sua revisão no sentido de prosseguir de forma estável os trabalhos legislativos subsequentes. A revisão do Código Penal e do Código de Processo Penal está a ser estudada proactivamente por grupos especializados, a fim de garantir uma preparação sólida para a respectiva alteração legislativa.

Quanto à garantia dos legítimos direitos e interesses dos funcionários públicos, em efectividade de funções e aposentados, foi elaborada a proposta de lei intitulada "Consolidação dos recursos financeiros do Fundo de Pensões", a qual, através da criação de um mecanismo de dotação não permanente, consolida a situação financeira do Fundo de Pensões, pois ao proporcionar fontes financeiras mais amplas para o regime de aposentação e sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública, assegura o funcionamento sustentável do regime.

Com o objectivo de facultar a todos os sectores da sociedade um conhecimento mais completo e preciso sobre o ponto de situação mais recente da construção do Estado de Direito, a DSAJ criou na sua página electrónica, em Abril de 2026, uma coluna denominada "Processo da Reforma Jurídica", na qual divulga mensalmente as informações relevantes, e até Outubro já foram publicados sete artigos.

VI. Promoção da cooperação inter-regional e internacional na área jurídica e articulação de regras para fomentar a integração entre Macau e Hengqin

1) Promoção da construção do Estado de Direito na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau

Com o intuito de impulsionar o desenvolvimento integrado da Grande Baía em direcção a domínios mais profundos e alargados, a RAEM tem promovido activamente o aprofundamento da cooperação legislativa entre Guangdong, Hong Kong e Macau. No âmbito do mecanismo da reunião conjunta dos departamentos jurídicos da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, a RAEM tem vindo a estudar a criação de uma plataforma de colaboração e intercâmbio regular entre os departamentos jurídicos das três regiões, a fim de fomentar a realização conjunta, pelas três regiões, de estudos legislativos e de trabalhos de articulação de regras em áreas prioritárias, reforçando a colaboração em todas as fases e em todo o processo.

No quarto trimestre de 2026, Macau, Zhuhai e Hengqin assinaram o Memorando sobre a Cooperação Estreita nos Assuntos Jurídicos entre a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça do Governo da RAEM, o Departamento de Justiça de Zhuhai e a Direcção dos Serviços Administrativos e Jurídicos da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong

e Macau em Hengqin, aprofundando ainda mais o intercâmbio e a cooperação entre os três locais nos domínios da divulgação do Estado de Direito, da formação de quadros qualificados e dos serviços jurídicos, entre outros, com vista a promover, em conjunto, a construção do Estado de Direito na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e na Zona de Cooperação.

A RAEM tem vindo a promover a utilização da arbitragem e da mediação na Grande Baía. As três regiões – Guangdong, Hong Kong e Macau – estabeleceram um mecanismo de contacto para a partilha de árbitros, incentivando as partes a escolher árbitros incluídos na Lista de árbitros da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Foram incluídos na Lista de mediadores da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau (2025) 66 mediadores de Macau, que receberam os respectivos certificados. Além disso, a DSAJ organizou, em Julho e Setembro de 2026, respectivamente, visitas de formação e intercâmbio para árbitros (provenientes de Macau) e mediadores (provenientes de Macau) da Grande Baía, promovendo a deslocação dos participantes a Guangdong e Hong Kong e a sua participação em visitas de intercâmbio, a fim de fomentar o estabelecimento de laços, a aprendizagem mútua e a partilha de experiências. Por outro lado, em colaboração com o CFJJ, organizou ainda o Curso de formação prática sobre o regime de mediação da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, com o objectivo de reforçar as técnicas e a capacidade em mediação transfronteiriça dos mediadores de Macau.

Em Outubro de 2026, realizou-se em Macau a 4.ª edição do Curso de formação conjunta para os departamentos jurídicos da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, destinado a proporcionar uma base sólida para a formação de quadros qualificados polivalentes da área jurídica com conhecimentos aprofundados dos sistemas legais das três regiões.

Terá lugar em Macau, no final de 2026, a 8.ª Reunião Conjunta dos Departamentos Jurídicos da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, que tem como objectivo discutir a implementação do plano concreto para a criação de uma plataforma de mediação e arbitragem em matéria comercial da Grande Baía e do plano de trabalho para a definição das regras de arbitragem da Grande Baía, bem como proceder a um intercâmbio sobre a colaboração legislativa entre as três regiões, com vista a fomentar o desenvolvimento coordenado dos mecanismos diversificados de resolução de litígios das três regiões e fortalecer a cooperação jurídica entre as diferentes jurisdições.

2) Acompanhamento dos trabalhos relativos ao cumprimento das convenções internacionais em matéria de direitos humanos

Em 2026, o Governo da RAEM apresentou ao Governo Central o 4.º e o 5.º relatórios consolidados relativos ao cumprimento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Este relatório, enquanto parte integrante do relatório de cumprimento do Estado, será oportunamente submetido ao Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas.

Em Maio de 2026, a DSAJ e o CFJJ organizaram um *workshop* prático de direito internacional dirigido aos trabalhadores dos serviços públicos que intervêm nos trabalhos relacionados com os tratados internacionais, o cumprimento das convenções sobre direitos humanos e a celebração de acordos bilaterais, no intuito de reforçar o conhecimento e a capacidade dos mesmos nas referidas áreas.

3) Reforço da cooperação judiciária com o exterior

Com o apoio e autorização do Governo Popular Central, o Governo da RAEM tem vindo a desenvolver activamente os trabalhos de negociação e celebração de acordos de cooperação judiciária com o exterior, com vista a aprofundar a cooperação judiciária em matéria penal com os países abrangidos pela iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota", os países de língua portuguesa e com os países vizinhos.

Em Abril de 2026, a RAEM e o Vietname concluíram as negociações e rubricaram em Macau o Acordo relativo ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal. Em Maio, a RAEM e o Cazaquistão celebraram em Macau o Acordo relativo ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal, o Acordo relativo à Entrega de Infractores em Fuga e o Acordo sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, proporcionando, assim, garantias jurídicas para a cooperação económica e comercial e para a circulação de pessoas entre as duas partes.

Em 2026, o Governo da RAEM estabeleceu activamente contactos com os países vizinhos e os países de língua portuguesa, incluindo a promoção da segunda ronda de negociações com as Filipinas sobre o Acordo relativo à Entrega de Infractores em Fuga e o Acordo relativo ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal, a realização de negociações com Angola sobre três acordos de cooperação judiciária em matéria penal, bem como o contacto com Portugal no intuito de avançar com a celebração do Acordo relativo ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal entre as duas partes.

4) Promoção da articulação de regras entre Macau e Hengqin

O Governo da RAEM tem vindo a manter uma comunicação estreita com os serviços competentes da Província de Guangdong e da Zona de Cooperação, realizando regularmente reuniões de trabalho intersectorial e inter-regional, a fim de estudar e resolver em conjunto as questões concretas que obstam ao desenvolvimento integrado de Macau e Hengqin, com especial enfoque nas "Cinco Listas" (lista anual de articulação de regras e mecanismos para a Zona de Cooperação, lista de propostas de alteração legislativa e regulamentar da Região Administrativa Especial de Macau, lista de matérias no âmbito do bom e pleno uso do poder legislativo da Zona Económica Especial de Zhuhai, lista de pedidos de adaptação legislativa e regulamentar a submeter às autoridades do Estado, bem como pedido de elaboração de regulamento administrativo para a Zona de Cooperação a submeter às autoridades do Estado), listas estas estabelecidas para a articulação de regras e mecanismos,

no sentido de promover o intercâmbio e a cooperação legislativa e implementar de forma ordenada os projectos de trabalho. Para o efeito, foi constituída uma equipa especializada para a elaboração de regulamentos administrativos da Zona de Cooperação, que conta com a participação conjunta do pessoal de Guangdong e de Macau, que desenvolve trabalhos legislativos tendo em conta o posicionamento estratégico da Zona de Cooperação e o seu objectivo principal de promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau. Ao mesmo tempo, Guangdong e Macau estão a promover activamente a elaboração da primeira lista de matérias a submeter à aprovação das autoridades do Estado para efeitos de adaptação legislativa e regulamentar. Além disso, para dar resposta às necessidades decorrentes do desenvolvimento integrado de Macau e Hengqin, têm sido desenvolvidas acções de cooperação globais com a Província de Guangdong e com a Zona de Cooperação, e levou-se a cabo uma série de adaptações políticas e articularam-se regras, mediante inovações institucionais, no intuito de implementar de forma ordenada os projectos prioritários, tais como a "circulação de veículos com matrícula de Macau na Província de Guangdong via Hengqin", a "Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin" e o "terminal de mercadorias do Aeroporto Internacional de Macau em Hengqin".

O Governo da RAEM concluiu, em Março de 2026, a revisão do Regime da Segurança Social e do Regime de previdência central não obrigatório, tendo ficado expressamente estabelecido que o período em que os residentes de Macau residam, trabalhem ou estudem na Zona de Cooperação é considerado como tempo de permanência na RAEM. Simultaneamente, foi alargado à Zona de Cooperação o âmbito de reconhecimento do atestado médico necessário ao pedido de subsídio ao abrigo do regime da segurança social, desbloqueando-se efectivamente os estrangulamentos verificados na articulação inter-regional no domínio da garantia do bem-estar da população. Com vista a estudar mais profundamente a facilitação da vida e do emprego dos residentes de Macau e dos seus familiares na Zona de Cooperação, foi abordada a revisão do Regime jurídico do controlo de migração e das autorizações de permanência e residência na Região Administrativa Especial de Macau e os diplomas conexos.

O Governo da RAEM reviu o âmbito de apoio financeiro do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, alargando à Zona de Cooperação as políticas de apoio e bonificação às micro, pequenas e médias empresas e aos jovens empreendedores, de modo a apoiar os residentes de Macau que exerçam actividades comerciais ou empreendedoras na Zona de Cooperação a obter apoio financeiro.

O Governo da RAEM criou na Conta Única uma página dedicada à recolha de opiniões e sugestões da sociedade de Macau sobre o desenvolvimento da Zona de Cooperação. Até 30 de Setembro, essa página já registava 1 057 contributos, que servem de importante referência para os serviços competentes formularem políticas e desenvolverem os trabalhos legislativos. Paralelamente, a DSAJ introduziu na sua página electrónica uma coluna denominada "Harmonia entre Macau e Hengqin", que permite que todos os sectores da

sociedade acompanhem, de forma mais completa, precisa e atempada, o ponto de situação e os avanços mais recentes dos trabalhos prioritários desenvolvidos nas diversas áreas da Zona de Cooperação, e até Outubro foram publicados sete artigos na coluna.

O Governo da RAEM realizou, entre Julho e Outubro, a 2.ª edição do Curso de formação sobre o regime jurídico em matéria civil e comercial de Macau, com o objectivo de promover o intercâmbio profissional entre o pessoal judiciário de Macau e de Hengqin.

VII. Reforço da divulgação jurídica e realização de acções de formação especializada, com vista a consolidar, de forma abrangente, os alicerces de uma sociedade assente no Estado de Direito

1) Aprofundamento dos conhecimentos sobre direito constitucional

A DSAJ, em cooperação com vários serviços públicos e associações, organizou uma série de actividades comemorativas do 33.º aniversário da promulgação da Lei Básica de Macau. Através de iniciativas diversificadas, tais como seminários, concursos de eloquência, festivais e palestras de formação, procuraram-se aprofundar os conhecimentos dos cidadãos sobre a Lei Básica de Macau, bem como transmitiu-se e dignificou-se a tradição saudável do amor pela Pátria e por Macau, em prol da construção conjunta de uma Macau alicerçada no Estado de Direito. Até 30 de Setembro de 2026, essas actividades contavam com mais de 10 000 participações.

A DSAJ tem vindo a potenciar as funcionalidades da Galeria Comemorativa da Lei Básica de Macau enquanto "uma galeria, uma base", onde é devidamente contada a história de Macau na concretização bem-sucedida do princípio "um país, dois sistemas". Por outro lado, tem disponibilizado visitas guiadas destinadas a diferentes grupos e especificamente voltadas para escolas, instituições e associações, bem como concebido cursos interactivos de divulgação jurídica exclusivamente vocacionados para alunos do ensino primário. Até 30 de Setembro de 2026, o número acumulado de visitantes, tanto presenciais como *online*, já tinha atingido cerca de 10 000. Em Fevereiro de 2026, a DSAJ distribuiu pelas escolas primárias de Macau 5 600 cadernos de exercícios de caligrafia com caneta "Escrever Bem a Lei" e realizou, em Novembro, o Concurso de caligrafia de pincel para estudantes do ensino secundário de Macau – "Macau Alicerçada no Estado de Direito", procurando, através da arte da caligrafia, promover a transmissão da excelente cultura tradicional chinesa entre os alunos e reforçar os seus conhecimentos e o respeito pelo Estado de Direito. Além disso, a DSAJ, em

colaboração com vários serviços públicos e associações, organizou em Junho jogos *online* de perguntas e respostas – "Eu e a Lei Básica", uma iniciativa que visou aprofundar, de forma lúdico-pedagógica, os conhecimentos dos cidadãos sobre a Lei Básica de Macau, que atraiu a participação de mais de 47 000 pessoas.

O dia 4 de Dezembro de 2026 marcará o 13.º Dia Nacional da Constituição. A DSAJ organizará uma série de actividades de promoção e divulgação, incluindo jogos *online* de perguntas e respostas, palestras de formação em matéria de divulgação jurídica, assim como o evento "Conhecimento Profundo sobre a Constituição e a Lei Básica de Macau", entre outros, com vista a difundir, junto dos diversos sectores da sociedade, o espírito da Constituição e consolidar a compreensão e a consciência em matéria constitucional.

2) Edificação de uma rede multinível de divulgação jurídica

A DSAJ tem vindo a aprofundar o mecanismo de sinergia entre as três partes "governo-escola-associação", colaborando activamente com as escolas e associações a fim de promover conjuntamente trabalhos de divulgação jurídica de forma aprofundada e sólida. Até 30 de Setembro de 2026, foram realizadas mais de 260 palestras de divulgação jurídica destinadas aos alunos, desde os jardins de infância até às instituições de ensino superior, que contaram com mais de 21 000 participações. Além disso, foi criada e tem vindo a ser expandida a equipa promotora de divulgação jurídica, composta por membros da equipa de voluntários de divulgação jurídica e profissionais de diversos sectores da sociedade, a qual, através de acções de divulgação jurídica junto da comunidade, já alcançou mais de 1 500 pessoas até 30 de Setembro de 2026. Por outro lado, foi instalado nas bibliotecas das diversas zonas de Macau o "cantinho das histórias de divulgação jurídica", onde, através de actividades como a leitura conjunta familiar e a representação narrativa, se infundem naturalmente na vida quotidiana os conhecimentos jurídicos.

A DSAJ, em cooperação com a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude, deu continuidade ao Plano de Atribuição de Louvores às Escolas pela Sensibilização e Educação sobre o Estado de Direito. Promoveu, ainda, a criação do cargo de coordenador de sensibilização e educação sobre o Estado de Direito nas escolas, assumido por docentes ou funcionários das escolas, a quem cabe especificamente a coordenação de actividades de divulgação jurídica nas escolas, contribuindo activamente para a criação de um ambiente escolar harmonioso, civilizado e alicerçado no Estado de Direito. Mais, lançou actividades de experiência em tribunal simulado, organizando a participação dos alunos em processos de julgamento de casos, com vista a dar-lhes a conhecer o sistema judiciário e o processo de julgamento, bem como a promover uma correcta compreensão dos valores do Estado de Direito.

Com o intuito de reforçar a consciência jurídica dos residentes e promover a criação de um ambiente alicerçado no Estado de Direito, caracterizado pelo respeito e cumprimento da

lei, a DSAJ tem vindo a expandir a rede de divulgação jurídica mediante formas diversificadas e inovadoras e de cooperação interdepartamental, realizando acções de sensibilização jurídica junto da comunidade. Entre estas, incluem-se a realização periódica de palestras comunitárias para divulgação das leis relacionadas com o bem-estar da população, a organização conjunta com a DSI de actividades comunitárias de sensibilização sob o tema "Diga não ao casamento falso", bem como a realização de palestras temáticas em associações, incluindo associações de moradores, assim como em centros de idosos, lares e outros locais. Estas actividades contaram com mais de 3 200 participações.

No âmbito da sensibilização relativa à protecção consular, a DSI tem vindo a divulgar informações sobre a protecção consular através de diversos canais, incluindo rádio, novos meios de comunicação e página electrónica temática, com o objectivo de reforçar a sensibilização dos residentes para a importância da protecção consular. Além disso, em cooperação com o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Região Administrativa Especial de Macau, realizou palestras temáticas e exposições fotográficas em escolas e associações, bem como lançou, pela primeira vez, o Plano-piloto de formação de jovens embaixadores para a promoção da protecção consular, tendo formado 45 alunos do ensino secundário nessa qualidade. Por outro lado, em conjunto com vários serviços, organizou o evento "Viagem segura – protecção consular está de mãos dadas contigo", de modo a reforçar, ainda mais, a consciência de prevenção e a capacidade de resposta dos residentes quanto à segurança em viagens ao exterior de Macau. As referidas palestras, actividades e visitas às exposições contaram com mais de 4 000 participações.

3) Apoio e optimização contínua da formação do pessoal do sector judiciário

O Governo da RAEM, activamente articulado com os órgãos judiciários, no que respeita às necessidades destes, desenvolveu acções de formação para magistrados e funcionários de justiça, com vista a promover a sua capacidade profissional para acompanhar a evolução dos tempos. Em Março de 2026, iniciou-se um plano de formação rotativa de magistrados no Interior da China, e neste âmbito foi organizada a deslocação de um grupo de 18 magistrados a Shandong, o que lhes permitir conhecer a evolução do sistema jurídico nacional e a conjuntura do seu desenvolvimento global.

A 6.ª edição do Curso de habilitação para ingresso nas carreiras de oficial de justiça concluiu-se em Junho de 2026. Os dois órgãos judiciários concluíram em Setembro o processo de afectação, tendo sido preenchidas 49 vagas de escrivão auxiliar e criada uma lista de reserva de recrutamento.

Acresce que o CFJJ organizou, de acordo com as necessidades dos órgãos judiciários, oito palestras temáticas, destinadas aos magistrados, sobre os sistemas jurídicos e as práticas judiciárias de outras jurisdições, nas quais se abordaram temas como crimes relacionados com o jogo e burlas com recurso às telecomunicações, provas criminais, protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores, tecnologia de inteligência artificial e

moedas virtuais. Ainda, foram organizados dois cursos de formação para acesso na carreira de oficial de justiça. As referidas acções de formação e palestras contaram com cerca de 350 participações.

4) Realização de diversas acções de formação jurídica especializadas

Para elevar o pensamento jurídico e as competências profissionais dos trabalhadores dos serviços públicos, o CFJJ organizou, em 2026, mais de 100 cursos de formação especializada e 40 cursos de formação jurídica adequados às necessidades profissionais dos trabalhadores de todos os níveis, contando, no total, com cerca de 3 000 formandos.

Em 2026, o CFJJ, em alinhamento com o objectivo geral de elevar a eficiência da governação da RAEM, organizou a participação de sete turmas num *Workshop* prático sobre a base constitucional e o regime jurídico da função pública da RAEM, que foram integradas por mais de 170 dirigentes e chefias; realizou o Curso de formação para assessores jurídicos que teve como destinatários 26 assessores jurídicos dos Gabinetes do Chefe do Executivo e dos titulares dos principais cargos, do Comissariado contra a Corrupção e do Comissariado da Auditoria; e iniciou progressivamente a organização de Cursos de formação para o pessoal da área jurídica, destinados aos profissionais desta área de todos os serviços públicos, com o objectivo de, mediante o reforço do estudo da teoria do direito aliado à análise de casos práticos de jurisprudência, contribuir para a actualização oportuna dos conhecimentos especializados do referido pessoal, nomeadamente nos domínios da aplicação do direito e do processo judicial.

O CFJJ também organizou *workshops* práticos sobre temas especificamente dirigidos ao pessoal que exerce funções nas áreas práticas relacionadas com a produção legislativa, o direito internacional e os processos de natureza disciplinar, incluindo o Curso de direito de investimento e fiscalidade dos países de língua portuguesa, realizado em Junho de 2026 para o pessoal do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento, e *Workshops* sobre a Lei da contratação pública, realizados em Setembro e Novembro, destinados aos dirigentes e chefias e aos trabalhadores responsáveis pelas áreas das finanças e da contratação pública nos diversos serviços públicos, por forma a apoiar os mesmos na implementação correcta e eficaz das disposições da nova Lei da contratação pública. Além disso, continuou a realizar, em Novembro, o *Workshop* sobre produção legislativa que visa reforçar a capacidade de aplicação das técnicas e normas de produção legislativa por parte dos trabalhadores.

Com o objectivo de facilitar a aprendizagem dos trabalhadores dos serviços públicos, e para ultrapassar as limitações de tempo e de espaço, o CFJJ introduziu, em 2026, uma nova formação jurídica *online* e, em cooperação com a Direcção dos Serviços da Protecção de Dados Pessoais, planeou a disponibilização, em Novembro, do curso de aprendizagem *online* sobre a Lei da Protecção de Dados Pessoais.

VIII. Aperfeiçoamento do mecanismo de construção conjunta da imagem urbana e aplicação de uma gestão minuciosa para embelezar a fisionomia urbana

O Grupo de Trabalho para Embelezamento e Asseio da Fisionomia Urbana concentrou-se nas necessidades do desenvolvimento social, focando-se na gestão minuciosa, diária e contínua e, de acordo com as instruções do Secretário para a Administração e Justiça, continua a reforçar a cooperação, a implementar as responsabilidades e a melhorar a qualidade de vida da população. Com base no princípio de trabalho "mais refinados, mais minuciosos e mais profissionais", e através da cooperação interdepartamental, implementa projectos específicos e adopta diversas medidas para desenvolver os trabalhos de reordenamento geral da fisionomia da cidade.

O Grupo Especializado em Higiene Ambiental realizou duas rondas de actividades da "Campanha de Limpeza da Cidade 2026", respectivamente em Abril e Setembro. O IAM, em conjunto com os Serviços de Saúde e diversas associações, realizou inspecções sanitárias e actos de divulgação nos chamados prédios de "três zeros" e em edifícios baixos, nomeadamente na Zona Norte, na Zona da Praia do Manduco, na Zona do Patane e na Zona da Avenida do Conselheiro Ferreira de Almeida, tendo sido inspeccionado um total de 2 137 edifícios, realizadas acções de sensibilização junto de 28 mil famílias e coordenada a remoção de cerca de 6 toneladas de lixo e resíduos. Em Maio, o IAM, em conjunto com vários serviços, organizou nas praias de Cheoc Van e de Hac Sá, o evento temático "Praia bela e limpa – Leve consigo o seu lixo", no sentido de apelar à população para a salubridade das praias.

O IAM e os Serviços de Saúde continuam a promover a prevenção e o tratamento biológico dos vectores de doenças, realizando várias formações específicas destinadas ao pessoal dos estaleiros de construção civil, da administração predial e dos serviços de limpeza e restauração, a fim de elevar a consciência e a capacidade profissional de prevenção e controlo de mosquitos e roedores nos diversos sectores. Nos últimos anos, o IAM tem reforçado os trabalhos de desratização nos espaços públicos, tendo aumentado o número de caixas com isco para ratos nas vias públicas de cerca de 1 000 em 2020 para cerca de 1 520 actualmente, cobrindo basicamente todas as ruas de Macau, dividindo a cidade em 25 zonas, e realizando trabalhos de desratização intensivos pelo menos 3 vezes por ano em cada zona e com a duração de 5 semanas de cada vez, com foco principal nos canteiros, zonas verdes, diques, acessos de esgotos, entre outros locais, com o objectivo de controlar eficazmente os roedores nos bairros comunitários. Além disso, o IAM instalou exposições itinerantes comunitárias e postos de divulgação nas ruas em 5 locais de Macau, para difundir conhecimentos sobre a prevenção e controlo de mosquitos e de roedores, e essas actividades contaram com cerca de 25 000 participações. Ao mesmo tempo, foi criado um

mecanismo de inspecção regular dos estaleiros, tendo sido realizado, entre os meses de Janeiro e Setembro, um total de 2 507 inspecções nos locais de construção e 431 acções de divulgação *in loco*, cobrindo mais de 70 estaleiros.

O Grupo Especializado em Higiene Ambiental, em conformidade com as orientações de vedação dos terrenos do Estado, regulamenta e aperfeiçoa a gestão desses terrenos, elevando o respectivo nível de gestão e a qualidade higiénica do ambiente circundante. Entre Janeiro e Setembro de 2026, foram concluídos os trabalhos de vedação normalizada de sete terrenos do Estado.

O Grupo Especializado em Optimização da Vedação e Gestão de Estaleiros de Obras passou a contar com a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego como membro, com vista a reforçar a eficácia de coordenação da vedação rodoviária. O grupo especializado tem vindo a realizar, ao longo do ano, inspecções conjuntas interdepartamentais nos estaleiros de obras de Macau, a fim de melhorar a qualidade das vedações e reduzir o impacto causado pela execução das obras no ambiente circundante.

O Grupo Especializado em Mecanismo de Inspecção e Acompanhamento concluiu, em 2026, a actualização da plataforma de comunicação imediata interdepartamental, optimizando o fluxo de processos, a estatística de dados, o painel de visualização de dados, o envio periódico de dados e API (*Application Programming Interface*) de sistemas de terceiros, entre outras funções, aperfeiçoando o processo de tratamento da poluição rodoviária, para acelerar a limpeza e o tratamento, a fim de garantir a segurança da circulação rodoviária e a fisionomia da cidade. Até 30 de Setembro, os serviços abriram um total de 12 871 processos através da plataforma, dos quais 12 320 foram concluídos, o que representa uma taxa de conclusão superior a 96%.

O Grupo de Trabalho para Embelezamento e Asseio da Fisionomia Urbana, tendo como foco principal a criação de bairros característicos, seleccionou as zonas entre a Rua de Xangai e a Rua de Xiamen, na Zona de Aterros do Porto Exterior, a Travessa Lou Fu, na Taipa, e a Travessa da Corda, no Bairro de San Kio, para desenvolver, de forma ordenada, trabalhos de embelezamento da cidade. Com vista a eliminar os riscos de segurança e rectificar a situação caótica da cidade, procedeu-se, a título experimental, ao reordenamento dos cabos aéreos no Pátio do Comandante Mata e Oliveira, e após várias rondas de inspecção e avaliação por parte do Grupo de Trabalho, em relação aos cabos com direitos de propriedade claros e em normal utilização, o Grupo exortou as operadoras e os proprietários a procederem à autocorrecção. No dia 24 de Junho procedeu-se à remoção concentrada de cabos aéreos sem proprietário identificado, encontrando-se actualmente eliminada a totalidade dos 27 conjuntos de cabos aéreos em vias públicas daquela zona. Posteriormente, com base na experiência de tratamento adquirida no Pátio do Comandante Mata e Oliveira, foram removidos 8 conjuntos de cabos aéreos em vias públicas nas imediações do Mercado de Tamagnini Barbosa.

Tendo em consideração a estreiteza das vias públicas de Macau, a concentração de tubagens subterrâneas e a falta de espaços verdes de grande dimensão, insistindo nos princípios da adaptação às condições locais, da economia e da eficiência, o IAM procede regularmente à monitorização, melhoria e transformação dos parques e jardins, das zonas de lazer, das zonas verdes e de outras instalações verdes de Macau. Através da combinação de flores florescentes, folhagens ornamentais, plantas com formas determinadas e plantas aromáticas, é enriquecido o nível de plantação e elevado o efeito de colorização das zonas verdes, intensificando-se simultaneamente a sua manutenção e optimização, e elevando-se em todas as vertentes a qualidade da paisagem verde da cidade. Entre Janeiro e Setembro de 2026, a área verde melhorada e transformada foi de 27 214 metros quadrados.

Para aprofundar a transparência das informações dos assuntos governamentais, optimizar a experiência dos serviços municipais e desobstruir os canais para a participação da população na governação urbana, o IAM criou, no dia 19 de Maio, na sua página electrónica, uma coluna dedicada a "Assuntos municipais ao serviço da população", para mostrar, de forma plena, a dinâmica dos trabalhos municipais e o resultado dos serviços prestados, e até Outubro foram publicados 6 artigos.

IX. Ampliação dos espaços dinâmicos verdes e de lazer e reorganização dos mercados para melhorar o ambiente de negócios

A Zona 2 da Segunda Fase do Corredor Verde da Margem Sul da Península de Macau (troço entre a Torre de Macau e as Portas do Entendimento, com uma área total de cerca de 17 800 metros quadrados) foi aberta ao público em Abril de 2026, e nela foi construído um passeio marginal e ciclovia com cerca de 650 metros de extensão, complementados com degraus a favorecer o contacto com a água, assim como foram construídas uma zona de lazer e uma plataforma de madeira na zona de pesca e zonas verdes. Foi lançado o concurso público da obra de construção do Campo de Aventuras Juvenis da Praia de Hac Sá (1.ª Fase) em Agosto, com o objectivo de construir um espaço de lazer público para todas as faixas etárias e uma base de manutenção física ao ar livre para jovens. Por outro lado, no piso superior do Centro de Serviços da RAEM na Avenida de Venceslau de Morais, já tiveram início os trabalhos de concepção do Pavilhão Infantil de Exploração, com uma área de cerca de 6 500 metros quadrados, que tem como objectivo "inspirar a criatividade e cultivar o espírito de exploração", com vista a proporcionar às crianças e jovens de Macau um espaço de diversão interior, com elementos inovadores e diversificados, para que estes possam aprender e divertir-se simultaneamente e durante o ano inteiro.

As obras de optimização das zonas de lazer da Zona Norte estão a prosseguir de forma estável. A apreciação da proposta de construção para a Zona de Lazer da Praça de Lótus foi concluída; encontra-se em curso a apreciação da proposta das obras da Zona de Lazer

da Rua da Missão de Fátima, ao passo que a concepção de aperfeiçoamento das zonas de lazer da Rua de Lei Pou Ch'ôn, da Estrada Marginal da Ilha Verde, da Rua Marginal do Canal das Hortas e da Rua da Fábrica está concluída e em fase de preparação para a abertura de concurso público.

No âmbito da revitalização dos mercados, o IAM adoptou uma estratégia de reordenamento "feito à medida" para vários mercados e zonas de vendilhões públicos. Em 20 de Julho de 2026, iniciaram-se as obras de optimização do Mercado Tamagnini Barbosa, que passam pela reconstrução do espaço, optimização da disposição das bancas, actualização das instalações complementares e criação de um centro de comidas, com vista a elevar a experiência de utilização dos vendilhões, residentes e turistas.

O projecto de revitalização do Mercado de Coloane está em fase de concepção e, com base na preservação das características da estrutura das pérgulas e da cobertura inclinada existente no meio do edifício, serão introduzidos elementos jovens e artísticos e optimizado o ambiente pedonal, criando um ambiente combinado de "conservação + restauração + criatividade cultural/retalho + lazer", com vista a dar um novo impulso à economia daquela zona.

Em Fevereiro e Abril, o IAM organizou as "Sessões de Esclarecimento sobre o projecto da obra de optimização e reordenamento das bancas da zona de vendilhões do Fai Chi Kei", tendo mantido múltiplas trocas de informação sobre o projecto com os representantes da Associação de Auxílio Mútuo dos Vendilhões de Macau e titulares de licenças na zona de vendilhões do Fai Chi Kei. Em Junho, foi concluída a optimização do projecto de reordenamento.

O IAM, em conjunto com os serviços competentes, inspecciona periodicamente as instalações de filtragem dos estabelecimentos de comidas e bebidas e dos estaleiros de obras, com vista a combater rigorosamente os actos de descarga ilegal de águas residuais, acompanhando e reforçando, de forma contínua, a gestão das câmaras retentoras de gorduras da responsabilidade das indústrias transformadoras de alimentos. Entre Janeiro e Setembro de 2026, foram efectuadas, cumulativamente, cerca de 445 vistorias a estabelecimentos de comidas e bebidas, tendo sido efectuadas mais de 180 vistorias a estaleiros de obras de construção, e realizadas cerca de 70 acções de inspecção ao funcionamento das câmaras retentoras de gorduras em instalações de processamento alimentar.

No que diz respeito às áreas com maior possibilidade de acumulação de água, o IAM continuará a reforçar os trabalhos de inspecção, limpeza e desobstrução, de modo a manter um funcionamento eficiente das condutas públicas. De Janeiro a Maio de 2026 foram limpos, cumulativamente, mais de 82 mil metros de esgotos e mais de 12 mil sumidouros, tendo-se concluído a inspecção e análise de CCTV em 10 mil metros de tubagens.

X. A sinergia transfronteiriça consolida a linha de defesa da segurança alimentar e a criação de mais locais de popularização da ciência promove a conservação ecológica

1) Elevação da qualidade e eficiência da fiscalização da segurança alimentar

O IAM deu continuidade aos trabalhos de fiscalização da segurança alimentar e de inspecção periódica por amostragem, avaliando o risco de consumo e a situação higiénica dos alimentos no mercado, especialmente nos feriados e nas épocas altas de turismo, realizando inspecções prioritárias aos estabelecimentos de venda a retalho de produtos alimentares e de restauração nas zonas com grande concentração de pessoas, exortando as empresas a assumirem a responsabilidade de gestão da segurança alimentar. Ao mesmo tempo, realizaram-se inspecções por amostragem de alimentos nos festivais sazonais, tendo sido efectuadas, entre Janeiro e Setembro de 2026, mais de 7 500 inspecções aos estabelecimentos comerciais de alto risco. Por outro lado, para continuar a aperfeiçoar a base de dados da segurança alimentar, concluiu-se a revisão do "Auto de vistoria de higiene dos estabelecimentos/locais de exploração e comércio de alimentos".

O IAM tem continuado a optimizar a inspecção e quarentena de importação, a supervisão do Mercado Abastecedor e Matadouro, a supervisão da segurança dos produtos alimentares fabricados em Macau destinados a exportação, a fiscalização e inspecção sanitária dos estabelecimentos de comidas locais, o acompanhamento de incidentes de segurança alimentar, a educação e a formação, bem como a divulgação de informações, assim como os respectivos procedimentos operacionais e indicadores de supervisão e, ainda, tem lançado várias orientações sobre a produção de alimentos. Até Setembro, foram revistos ou adicionados 20 documentos de trabalho e 11 orientações sobre segurança alimentar.

Com vista a aperfeiçoar o âmbito das inspecções sanitárias, promover a aplicação electrónica e reforçar a eficácia da fiscalização, o IAM procede à fiscalização específica do fabrico local de produtos de massa, carne seca, torrefacção e pastelaria chinesa, com o objectivo de conhecer o processo de produção do sector, a utilização de aditivos alimentares e a situação actual da gestão sanitária. Até 30 de Setembro foram realizadas visitas e inspecções *in loco* a cerca de 260 unidades de processamento alimentar. Em 2026, os estabelecimentos de *takeaway* e de restauração e bebidas foram os primeiros a ser alvo do projecto-piloto, promovendo-se gradualmente a inspecção electrónica, com vista a elevar a eficácia da fiscalização através da integração de dados.

2) Alargamento da cooperação regional no âmbito da segurança alimentar

O IAM e a Alfândega de Gongbei implementaram, em conjunto, o modelo de fiscalização "Código Único" para os produtos alimentares de Macau exportados para o Interior da China, criando um mecanismo e sistema digital de gestão de rastreabilidade transfronteiriça do abastecimento. Entre Janeiro e Setembro de 2026, foram exportadas para o Interior da China, através deste modelo, cerca de 175 toneladas de produtos alimentares fabricados localmente, incluindo 49 toneladas de produtos de pastelaria típica e 126 toneladas de produtos à base de carne.

O IAM, em conjunto com a Alfândega de Gongbei e a Comissão Executiva da Zona de Cooperação, com base no "Posto de Formação Conjunta sobre a Segurança Alimentar", promove a cooperação no âmbito da inspecção e fiscalização sanitária, tendo organizado sessões de esclarecimento para ajudar o sector alimentar de Macau a dominar os requisitos de conformidade do mercado do Interior da China, de forma a melhorar a segurança alimentar e a gestão da qualidade alimentar.

O IAM, a Alfândega de Gongbei e a Comissão Executiva da Zona de Cooperação em Hengqin continuam a aprofundar a cooperação, através do modelo de "Código Único", para que os alimentos estrangeiros importados para Macau que correspondem às exigências do Interior da China possam, depois da inspecção sanitária de Macau, ser transportados de forma centralizada para Hengqin, para serem utilizados por determinadas empresas de restauração. Em Junho de 2026, as três partes assinaram o «Acordo de Cooperação no Âmbito da Inspecção Sanitária e Controlo de Alimentos Exportados de Macau para a Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin», o que simboliza um passo importante na ligação e articulação das regras e mecanismos na área da inspecção e quarentena dos produtos alimentares entre Macau e Hengqin. Além disso, a Alfândega de Gongbei, a Comissão Executiva da Zona de Cooperação em Hengqin e o Instituto para os Assuntos Municipais assinaram, no dia 10 de Setembro, o «Acordo de Cooperação e Supervisão Tripartida na Exportação para Macau de Produtos Alimentares com os Logótipos "Fabricado sob Supervisão de Macau", "Produzido sob Supervisão de Macau" e "*Design* de Macau" da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin», aprofundando ainda mais a articulação de regras e mecanismos entre as duas regiões, com vista a reforçar a capacidade e a eficácia do desenvolvimento integrado entre Macau e Hengqin.

3) Promoção da divulgação científica da ecologia e da protecção dos animais

O Parque de Seac Pai Van, em Coloane, é um importante local de educação científica e dos recursos naturais de Macau. Com vista a enriquecer o conteúdo da popularização científica e aumentar o interesse da visita, o IAM construiu no Parque o Pavilhão de Anfíbios

e Répteis, o Aviário e o primeiro Jardim Amigo das Borboletas em Macau, que se encontram abertos ao público desde Março de 2026. O Pavilhão dispõe de seis salas de exposições temáticas e, até Setembro passado, foram recebidos mais de 86 756 visitantes. Para criar um amplo espaço de repouso para as aves, o Aviário foi concebido com uma cúpula em estrutura de aço. Além disso, foi concluída a construção dos "Jardins Amigos das Borboletas" no Parque Natural da Taipa Grande, no Parque de Merendas da Barragem de Hac-Sá e no Jardim de Luís de Camões. De Janeiro a Setembro de 2026, o IAM realizou mais de 357 actividades de popularização científica, incluindo o carnaval durante a Semana Verde, a experiência das zonas húmidas, visitas guiadas ao pavilhão de exposição de espécies animais e o contacto geral com a ecologia de Seac Pai Van, promovendo eficazmente a aproximação dos cidadãos à natureza.

No que diz respeito à protecção dos animais, o IAM tem vindo a reduzir e a controlar, a partir da fonte, o número de animais vadios, através de diversas políticas e medidas, tais como a aplicação da lei, a fiscalização e captura, a sensibilização e a divulgação das leis, a adopção e a promoção da esterilização, entre outras. Em 2026, foram realizadas 49 actividades *online* e *offline*, que atraíram a participação de mais de 15 000 pessoas, reunindo o consenso da comunidade sobre a protecção de animais. Em simultâneo o IAM continua a aprofundar a cooperação com associações de protecção dos animais, para promover medidas de "captura, esterilização e adopção aberta", tendo sido concluídas, até Setembro, 327 adopções. O IAM tem aperfeiçoado e optimizado de forma contínua as instalações e equipamentos do Canil Municipal, tendo iniciado, em Junho, as obras de reparação e renovação do Canil Municipal e o concurso público da obra de construção da próxima fase do edifício no Canil Municipal de Coloane, a fim de prestar serviços de melhor qualidade.